

TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA PARA DISPENSA DE LICITAÇÃO, PARA **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE COPA E COZINHA PARA O HOSPITAL MUNICIPAL E UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE**, EM CONFORMIDADE COM O ART. 75 DA LEI Nº 14.133/2021.

1. DA UNIDADE GESTORA

1.1. Secretaria de Saúde;

2. DO OBJETO

2.1. AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE COPA E COZINHA PARA O HOSPITAL MUNICIPAL E UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BANABUIÚ/CE.

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1. A aquisição de itens de copa e cozinha para o Hospital Municipal de Banabuiú-CE e unidades básicas de saúde é essencial para garantir a eficiência operacional e a qualidade no atendimento. Esses materiais são fundamentais para suportar a preparação adequada de refeições, considerando a demanda diária de pacientes, acompanhantes e funcionários.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS DO OBJETO

Item	Descrição	Und	Qtd
1.	CANECA LEITEIRA FERVEDOR DE ALUMÍNIO POLIDO DE ALUMÍNIO 3L	UND	24
2.	COADOR DE CAFÉ FLANELADO COM ARO E CABO EM MADEIRA	UND	24
3.	COLHERES DE MESA (SOPA) EM AÇO INOX	UNID	178
4.	CONJUNTO MANTIMENTO TAMPA EM ROSCA COM 5 PEÇAS: -01 POTE GG 6000ML -01 POTE G 3300ML -01 POTE G 2000ML -01 POTE 1000ML -01 POTE 500ML	KIT	12
5.	CUSCUZEIRO INDUSTRIAL 30X35CM	UND	1
6.	CUSCUZEIRO TAMANHO - 18 CAPACIDADE 3L	UND	10

7.	ESCORREDOR INDUSTRIAL PARA ARROZ, MACARRÃO E AFINS 6,5L	UND	1
8.	ESCORREDOR INDUSTRIAL PARA ARROZ, MACARRÃO E AFINS MULTIUSO COM ALÇA, LARGURA: 34 E ALTURA:13CM.	UND	10
9.	ESCORREDOR PARA LOUÇA PLÁSTICO G	UND	14
10.	FACA CARBONO PARA CORTE 27CM	UND	15
11.	FACA DE MESA EM AÇO INOX	UND	178
12.	FORMA PARA BOLO REDONDA EM ALUMÍNIO 30CM	UND	1
13.	FORMAS PARA BOLO RETANGULAR 5,5X30X42 CM	UND	2
14.	FRIGIDEIRAS COM REVERTIMENTO INTERNO DE ANTIADERENTE 26 CM	UND	16
15.	GARFO DE MESA EM AÇO INOX	UND	178
16.	GARRAFAS PARA CAFÉ COM ROSCA TERMICA 1L	UND	16
17.	JARRA DE PLÁSTICO 2L COM TAMPA ARTICULÁVEL	UND	15
18.	KIT DE UTENSÍLIOS PARA COZINHA 05 PEÇAS:	UND	14
	01 CONCHA TERRINA		
	01 PEGADOR DE MASSAS		
	01 ESCUMADEIRA		
	01 COLHER DE ARROZ		
	01 ESPATULA		
19.	ORGANIZADOR SUPORTE PARATALHERES DE GAVETA – TIPO GAVEITEIRO	UND	14
20.	PANELA DE PRESSÃO 10L EM ALUMÍNIO POLIDO	UND	2
21.	PANELA DE PRESSÃO 7L EM ALUMÍNIO POLIDO	UND	1
22.	PANELA DE PRESSÃO 4,5L EM ALUMÍNIO POLIDO	UND	10
23.	PANELA TIPO CAÇAROLA DE 4L	UND	20
24.	PANELA TIPO CAÇAROLA DE 6L	UND	20
25.	PANELA TIPO CAÇAROLA DE 20L	UND	3
26.	PANELA TIPO CAÇAROLA DE 40L	UND	3
27.	PANELA TIPO CAÇAROLA DE 50L	UND	3
28.	PANOS DE PRATO BARRADO KIT COM 10 UNIDADES	KIT	32
29.	PENEIRA DE INOX 55CM	UND	4
30.	PENEIRA PLÁSTICA COM CABO 16CM	UND	5
31.	PENEIRA PLÁSTICA COM CABO 14 CM	UND	10
32.	POTES PARA MANTIMENTOS PLÁSTICO COM TAMPA 4,5L	UND	4
33.	POTES RETANGULAR PARA ALIMENTOS 1000L	UND	26
34.	PRATO FUNDO DE VIDRO LISO MARROM	UND	40
35.	PRATO RASO DE VIDRO LISO – 23 CM	UND	140
36.	SUPORTE PARA SABÃO, DETERGENTE E ESPONJA	UND	16

37.	TÁBUA CORTE MADEIRA 360X240X7MM	UND	10
38.	TÁBUA CORTE PLASTICO 360x240x7mm	UND	15
39.	TELA PROTETORA PARA ALIMENTOS 30CM	UND	10
40.	XÍCARAS PARA CAFÉ COM PIRES PORCELANA 100ML	UND	130
41.	XÍCARAS PARA CHÁ COM PIRES PORCELANA 200ML	UND	40
42.	CAIXAS PLASTICAS ORGANIZADORA TRANSPARENTES MULTI USO 2,5 LITROS (COMPRIMENTO: 25,8CM LARGURA:17,8CM ALTURA: 8,5CM)	UND	47

5. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. As despesas decorrentes desta contratação, correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal, inerentes à respectiva Secretaria contratante, nas rubricas a seguir:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 10.301.0006.2.046.0000, Manutenção das ações de Atenção básica a saúde, **10.302.0007.2.048.0000**, Manutenção do atendimento ambulatorial e hospitalar.

NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00 Material de Consumo.

6. DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado conforme Ordens de Compras expedidas pela Unidade Gestora Contratante, de conformidade com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo Gestor da despesa, acompanhadas das Certidões Federais, Estaduais e Municipais da contratada, todas atualizadas, observadas as condições da proposta.

6.1.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o encaminhamento da documentação tratada neste subitem, através de crédito na Conta Bancária da fornecedora do bem.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Fornecer os itens licitados dentro dos padrões estabelecidos pelo Município de Banabuiú/CE, de acordo com o especificado no instrumento convocatório, do contrato e no termo de referência, observando ainda todas as normas técnicas que eventualmente regulem-no, responsabilizando-se ainda por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

7.2. Assumir a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do fornecimento que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência do contratado;

7.3. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

7.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município de Banabuiú/CE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo no fornecimento dos itens, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

7.5. Indicar preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do Contrato. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante da CONTRATADA deverão ser comunicadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

7.6. Fornecer os itens de forma a não comprometer o funcionamento dos serviços do Município de Banabuiú/CE;

7.7. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município de Banabuiú/CE, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao mesmo, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do Contrato;

7.8. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Município de Banabuiú/CE, no tocante ao fornecimento do objeto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no contrato;

7.9. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade da entrega, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

7.10. Comunicar imediatamente ao Município de Banabuiú/CE qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

7.11. Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus para o Município de Banabuiú/CE, no todo ou em parte os itens/equipamentos/pessoal recusados pela Administração, caso constatadas falhas no funcionamento ou no fornecimento dos itens, divergências nas

especificações às normas e exigências especificadas no Termo de Referência ou na sua Proposta;

7.12. Providenciar, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, por sua conta e sem ônus para o Município de Banabuiú/CE, a correção ou substituição, dos itens/equipamentos ou que apresentem desconformidade com o objeto contratado;

7.13. Manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais do Município de Banabuiú/CE, de que venha a tomar conhecimento ou ter acesso, ou que venham a ser confiados, sejam relacionados ou não com o objeto do Contrato;

7.14. Arcar com todas as despesas inerentes ao fornecimento dos itens;

7.15. Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativo à licitação da qual decorreu o presente ajuste;

7.16. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, nos quantitativos fixados por lei.

7.17. São responsabilidades da CONTRATADA ainda:

7.17.1. Toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento do objeto em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Município de Banabuiú/CE de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

7.17.2. Toda e qualquer multa, indenização ou despesa imposta ao Município de Banabuiú/CE por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado no fornecimento do objeto, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao Município de Banabuiú/CE, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido, o valor correspondente.

7.18. A ausência ou omissão da fiscalização do Município de Banabuiú/CE não eximirá a CONTRATADA das responsabilidades previstas no contrato.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Solicitar a execução do objeto à contratada através de Ordem de Serviço, Nota de Empenho ou outro instrumento hábil, com antecedência mínima suficiente à preparação do pedido.

8.2. Proporcionar à contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores.

8.3. Fiscalizar a execução do objeto contratual através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da contratada, que atenderá ou justificará de imediato.

8.4. Notificar a contratada de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.

8.5. Efetuar os pagamentos devidos à contratada nas condições estabelecidas neste Termo.

8.6. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

9. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

9.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor municipal especialmente designado para este fim pela contratante, de acordo com o estabelecido no art. 117 da Lei Nº 14.133/2021, doravante denominado FISCAL DO CONTRATO.

9.1.1. O fiscal do contrato ora nominado poderá ser alterado a qualquer momento, justificadamente, caso haja necessidade por parte da Contratante.

10. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

10.1. O prazo de vigência de contrato oriundo deste Termo de Referência terá duração de até **31 de Dezembro de 2024**, contados a partir da data de sua assinatura e poderão ser prorrogados por períodos sucessivos, conforme art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

11. DAS SANÇÕES POR INADIMPLEMENTO

11.1. O licitante que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não cumprir o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta ou lance, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, **FIÇARÁ IMPEDIDO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO E SERÁ DESCRENCIADO NO CADASTRO DESTA PREFEITURA PELO PRAZO DE ATÉ 05 (CINCO) ANOS**, sem prejuízo de aplicações das seguintes multas e das demais cominações legais:

11.1.1. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação no caso de:

a) recusar em celebrar contrato quando convocado;

- b) apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- c) não manter a proposta ou lance;
- d) fraudar na execução do contrato;
- e) comportar-se de modo inidôneo;

11.1.2. Multa moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso na entrega de qualquer objeto contratual solicitado, até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, caso seja inferior a 30 (trinta) dias, no caso de retardamento na execução do contrato;

11.1.3. Multa moratória de 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado, na hipótese de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto contratual;

11.2. Na hipótese de ato ilícito, outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento do contrato, às atividades da administração, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave, ou descumprimento por parte do licitante de qualquer das obrigações definidas neste instrumento, no contrato ou em outros documentos que o complementem, não abrangidas nos subitens anteriores, serão aplicadas, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, as seguintes penas:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor contratado;

11.3. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM.

11.3.1. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratante fizer jus.

11.3.2. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Vencedora, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondente.

11.4. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

11.5. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO: As sanções serão aplicadas após regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

11.5.1. No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, garantidos os seguintes prazos de defesa:

- a) 05 (cinco) dias úteis para as sanções exclusivamente de multas e advertência;
- b) 10 (dez) dias corridos para a sanção de impedimento de licitar e contratar com o Município de Banabuiú e descredenciamento no Cadastro desta Prefeitura pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

11.6. A competência para imposição das sanções de advertência e de multa será da autoridade superior e /ou titular do órgão interveniente ou entidade contratante e a de impedimento de licitar ou contratar será do titular da entidade contratante.

11.7. A reabilitação do Contratado só poderá ser promovida, mediante requerimento, após decorrido o prazo da aplicação da sanção e desde que indenize o Município pelo efetivo prejuízo causado ao Erário Público quando a conduta faltosa, relativamente ao presente certame, repercutir prejudicialmente no âmbito da Administração Pública Municipal.

12. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

12.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhada de documentos de identificação de seus administradores;
- b) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e) Cópia autenticada da Cédula de Identidade do sócio administrador ou do empresário individual, conforme o caso;

12.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no CADASTRO NACIONAL DE PESSOAS JURÍDICAS (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) PROVA DE REGULARIDADE FISCAL PARA COM A FAZENDA FEDERAL e regularidade à Seguridade Social, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN Nº 1.751 de 02/10/2014;

- d) PROVA DE REGULARIDADE FISCAL PARA COM A FAZENDA ESTADUAL de seu domicílio, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Estaduais;
- e) PROVA DE REGULARIDADE FISCAL PARA COM A FAZENDA MUNICIPAL de seu domicílio, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Municipal;
- f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) mediante a apresentação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF);
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, em conformidade com o disposto na CLT com as alterações da Lei Nº 12.440/11 – DOU de 08/07/2011.

13.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação (atestado de capacidade técnica), com firma reconhecida, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, nos quais conste fornecimento de itens de mesma natureza ou semelhantes aos especificados neste Termo de Referência.

13.4. OUTROS DOCUMENTOS

- a) Declaração de que, em cumprimento ao estabelecido na Lei nº 9.854, de 27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e ao inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme modelo constante dos Anexos deste edital.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Este termo de referência, visa atender as exigências legais para o procedimento de dispensa de licitação, constando todas as condições necessárias e suficientes, ficando proibido por este termo exigir cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam, ou frustrem o caráter competitivo e estabeleçam preferências ou destinações em razão de naturalidade dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para sua especificação, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.

WEYBER DOUGLAS SILVA NOBRE
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE